

Mapa de movimentação do imobilizado

	2019		2020	
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custo histórico				
Bens de terceiros				
Equipamentos de informática	17	-	-	17
Bens próprios				
Equipamentos de informática	19	-	-	19
Máquinas e equipamentos	12	1	-	13
Móveis e utensílios	9	-	-	9
	57	1	-	58
Depreciação acumulada				
Bens de terceiros				
Equipamentos de informática	(3)	(3)	-	(6)
Bens próprios				
Equipamentos de informática	(16)	(1)	-	(17)
Máquinas e equipamentos	(1)	(1)	-	(2)
Móveis e utensílios	(5)	(1)	-	(6)
	(25)	(6)	-	(31)
	32	(5)	-	27

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	160	93
Canaã Zeladora e Segurança Patrimonial Ltda.	64	66
Brasket Sports Ltda.	13	-
Cristiane de Fátima Alves Ferreira de Matos	9	-
Daniel C. Pereira de Nobrega	6	-
Paulo Cezar Martins de Oliveira ME	-	10
Demais	2	1
	254	170

O aumento na rubrica de Vale alimentação a apropriar deve-se pelos seguintes motivos: (i) o aumento no valor do ticket de R\$270 (duzentos e setenta reais) para R\$ 550 (quinhentos e cinquenta reais) para os funcionários abrangidos pela convenção coletiva de trabalho do Senalba, e (ii) efeito do pagamento retroativo no mês de dezembro de 2020 do referido benefício, pois a referida alteração teve seus efeitos a partir de junho de 2020.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2020	2019
Férias a pagar	874	1.668
INSS a recolher	96	308
FGTS a recolher	41	105
PIS sobre folha a recolher	5	13
Salários a pagar	-	4
Rescisões a pagar	1	1
Outros valores a pagar	-	8
	1.017	2.107

A redução na rubrica de Férias a pagar pode ser explicada pela redução no quadro de funcionários de 491 para 460 e de estagiários de 48 para 11.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2020	2019
IRRF a recolher	15	28
ISSQN retido a recolher	2	2
Demais tributos a recolher	1	4
	18	34

12. RECURSOS DE PROJETOS A REALIZAR

A entidade possui contratos firmados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos com restrições para uso de tais recursos, sendo necessário apresentar a prestação de contas de cada um dos contratos firmados.

A entidade está registrando a receita proveniente destes convênios conforme determina a Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012.

No quadro abaixo apresenta-se um resumo da movimentação dos contratos firmados durante o ano de 2020.

	Contrato de gestão de 16/2/2018	Contrato de gestão de 28/4/2015	Outros recursos	Lei de Incentivo Fiscal	Total
Saldo inicial	2.899	4	73	-	2.976
(+) Recursos repassados	13.570	-	1.298	1.489	16.357
(-) Constituição das reservas	(1.378)	-	-	-	(1.378)
(-) Reconhecimento de receita	(13.629)	-	(1.152)	(1.489)	(16.270)
(-) Devoluções de recursos	(743)	-	(81)	-	(824)
Saldo final	719	4	138	-	861

O contrato de gestão 162/18, firmado em 14/03/2019, foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, no valor de R\$ 61.193.435,03 (sessenta e um milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais três centavos), através do 3º termo aditivo datado de 04/11/2019.

Este termo aditivo, também estabelece os ajustes aos termos do Decreto nº 18.188/19, que prevê a sucessão e sub-rogação das verbas rescisórias, garantindo o pagamento das despesas trabalhistas oriundas do contrato de gestão 2.844/15 e 162/18.

Em 19/12/2019, em complemento às adaptações do ajuste aos termos do Decreto 18.188/19, foi assinado o 4º Termo Aditivo, não havendo alteração de valor e prazo anteriormente acordado.

Em 17/09/2020 foi assinado o 5º Termo Aditivo do contrato de contrato de gestão que visa: (a) repactuação adequada diante da situação de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo COVID-19 (coronavírus); (b) dar quitação aos repasses previstos para os meses de junho, julho e agosto de 2020; (c) compensar o saldo financeiro disponível em conta bancária vinculada ao contrato de gestão com repasses futuros; (d) alterar a data de pagamento das parcelas previstas no cronograma, e (d) incluir especificações a serem cumpridas pela Entidade na prestação de contas. No quadro abaixo apresenta-se a reconciliação da obrigação líquida de execução dos projetos com a posição financeira dos recursos vinculados aos projetos.

	Contrato de gestão de 16/2/2018	Contrato de gestão de 28/4/2015	Outros recursos	Lei de Incentivo Fiscal	Total
Recursos em caixa					
Recursos em aplicações financeiras	3.849	-	138	8	3.995
Recursos em conta corrente	12	4	-	4	20

	2020	2019
Despesas que não afetaram o caixa	3.861	4.015
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.015)	(1.015)
Reserva para rescisões contratuais	(2.091)	(2.091)
Demais obrigações	(36)	(48)
Total dos recursos vinculados a projetos	719	861

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Entidade é parte em processos judiciais oriundo do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões trabalhistas. No quadro abaixo apresenta-se um resumo dos processos classificados pela probabilidade de perda e os seus valores envolvidos.

Probabilidade de perda	Valor da Causa	Depósito Judicial	Provisão Contábil
Provável	2.025	80	80
Possível	111	-	-
	2.136	80	80

14. FUNDO DE RESERVAS PARA RESCISÕES CONTRATUAIS

De acordo com a Lei Municipal de São José dos Campos nº 9.784, de 24 de julho de 2018, no artigo 13º parágrafo 4º e inciso III, a Entidade constituiu provisão referente as multas rescisórias trabalhistas que deverão ser suportadas pelo Contrato de Gestão nº 162/18.

A referida reserva leva em consideração a multa indenizatória de 40% sobre o saldo do FGTS, e os recursos financeiros foram aportados pela Prefeitura Municipal em anos anteriores, e tais recursos financeiros encontram-se reservados no caixa da Entidade, vide nota explicativa nº 12.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, o 3º termo aditivo datado de 04/11/2019 estabelece os ajustes aos termos do Decreto nº 18.188/19, que prevê a sucessão e sub-rogação das verbas rescisórias, garantindo o pagamento das despesas trabalhistas oriundas do contrato de gestão 2.844/15 e 162/18.

Em 2020, a Entidade transferiu da rubrica de Recursos de projetos a realizar os seguintes valores: (i) o valor de R\$ 1.171 referente a multa indenizatória de 40% referente ao contrato de gestão 2.844/15, e (ii) o valor de R\$ 207 referente ao complemento da multa indenizatória de 40% do contrato de gestão 162/18 que está em andamento. Com isso, o fundo de reserva para rescisões contratuais em 31 de dezembro de 2020 totalizou o valor de R\$ 2.091, e a sua reconciliação com os recursos disponíveis em caixa está demonstrada na nota explicativa nº 12.

15. RECEITA LÍQUIDA

As receitas da entidade estão segregadas conforme abaixo, em atendimento aos requisitos da ITG 2002 (R1).

	2020	2019
Com restrição		
Subvenções da PMSJC	14.782	21.567
Captação de recursos - Lei de Incentivo Fiscal	1.489	1.195
Receita financeira	93	229
	16.364	22.991
Sem restrição		
Patrocínio	213	583
Doações	56	33
Outras receitas	54	95
	323	711
	16.687	23.702

A rubrica "Subvenções PMSJC" referem-se as receitas oriundas do contrato de gestão nº 162/2018, firmados junto a Prefeitura Municipal de São José dos Campos que conforme a nota explicativa nº 12 totalizou o valor de R\$ 14.782, sendo R\$ 13.630 do contrato de gestão nº 162/2018 e R\$ 1.152 referente a outros contratos com a própria Prefeitura.

A rubrica "Captação de recurso - Lei de Incentivo Fiscal" é composta pelos projetos esportivos: Basquete Masculino Atleta Cidadão, Basquete Masculino, Futebol Feminino Atleta Cidadão, Futebol Feminino e MMT que são recursos captados e consumidos dentro do próprio ano.

Na rubrica de "Outras receitas" estão alocadas as taxas de gestão recebidas dos contratos firmados com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

16. CUSTO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

	2020	2019
Alimentação	(a)	(439)
Uniformes	(b)	(418)
Despesas com viagens	(c)	(334)
Taxas federativas e arbitragem	(d)	(243)
Assistência médica e odontológica		(239)
Direito de imagem		(219)
Despesas com alojamento		(266)
Marketing e divulgação		(137)
Materiais esportivos	(e)	(133)
Materiais farmacêuticos		(107)
Demais gastos	(f)	(340)
	(2.874)	(2.969)

As principais variações nos custos das atividades esportivas podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

- (a) Os gastos com alimentação foram impulsionando no último trimestre do ano com um gasto da ordem de R\$ 296 para atender as demandas de alimentação dos atletas.
- (b) Os gastos com uniformes foram superiores ao ano anterior, principalmente, para atender a inclusão da Lei de Incentivo Fiscal (LIF) para modalidade de futebol masculino adulto.
- (c) As despesas com viagens, taxas federativas e arbitragem apresentaram uma redução que está em linha com os efeitos da Covid-19.
- (d) Os gastos com material esportivo apresentaram um aumento devido, principalmente, para atender a inclusão da Lei de Incentivo Fiscal (LIF) para modalidade de futebol masculino adulto.
- (e) Os gastos com materiais farmacêuticos incrementaram para atender os novos protocolos de higiene para evitar o contágio do novo Coronavírus.
- (f) Na conta de demais gastos os principais desembolsos incorridos foram com: (i) serviços de agenciamento de recursos no valor de R\$ 50, (ii) serviços de apoio e limpeza em jogos no valor de R\$ 45, e (iii) manutenção de equipamentos esportivos no valor de R\$ 25

17. DESPESAS COM PESSOAL

	2020	2019
Salários, férias e 13º salário	(a)	(7.830)
Encargos sociais	(a)	(2.193)
Alimentação	(b)	(1.657)
Assistência médica	(c)	(723)
Vale transporte	(d)	(122)
Outros gastos		(50)
Uniformes		(29)
Multa rescisória do FGTS		(18)
Participação dos colaboradores		591
	(12.031)	(17.974)

As principais variações nas despesas com pessoal podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

- (a) Os gastos com salários, férias, 13º salário e encargos sociais reduziram em função da queda do número de funcionários que em 2019 era de 491 e passou para 460 em 2020, e de estagiários de 48 para 11. Além disso, a redução salarial, por meio da redução temporária da jornada de trabalho, decorrente dos efeitos da Covid-19.
- (b) Os gastos com alimentação aumentaram, principalmente, pelos seguintes motivos: (i) o aumento no valor do ticket de R\$270 (duzentos e setenta reais) para R\$ 550 (quinhentos e cinquenta reais) para os funcionários abrangidos pela convenção coletiva de trabalho do Senalba, e (ii) efeito do pagamento retroativo no mês de dezembro de 2020 do referido benefício, pois a referida alteração teve seus efeitos a partir de junho de 2020.

(c) Os gastos com assistência médica apresentaram um aumento em função da realização de exames médicos, inclusive, para fins de Covid-19.

(d) Os gastos com vale transporte apresentaram uma redução como resultado da redução temporária da jornada de trabalho, também explicada no item (a).

18. DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Serviços prestados	(a)	(977)
Despesas com viagens		(106)
Comunicação e internet		(94)
Aluguel		(37)
Materiais de consumo		(31)
Manutenção		(29)
Seguros		(10)
Propaganda e publicidade		(8)
Outras despesas administrativas		(7)
Depreciações		(6)
Energia elétrica, água e esgoto		(4)
Recuperação de despesas		44
Eventos e confraternizações		-
Feiras, congressos e cursos		(4)
	(1.264)	(1.780)

Considerando-se os efeitos da Covid-19 poderia esperar-se uma redução no nível de despesas operacionais, no entanto, a redução não ocorreu porque existem várias despesas com comportamento de gasto fixo, e destaca-se o seguinte item:

(a) Na rubrica de serviços prestados temos, substancialmente, as seguintes atividades operacionais: (i) serviços de segurança patrimonial no valor de R\$ 786 e (ii) serviços de manutenção de áreas verdes no valor de R\$ 136;

19. DESPESAS COM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

	2020	2019
Serviços de contabilidade e departamento pessoal	(329)	(329)
Serviços de advocacia	(66)	(58)
Serviços de comunicação e marketing	(32)	(30)
Serviços de auditoria	(9)	(14)
Serviços de consultoria	(3)	-
	(439)	(431)

20. OUTRAS DESPESAS

	2020	2019
IRRF sobre aplicação financeira	(23)	(45)
Despesas com alvará	(6)	-
IPTU	(2)	(2)
IOF	(2)	(8)
Taxas e emolumentos	-	(4)
Multas contratuais	-	(3)
	(33)	(62)

21. DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Despesas bancárias	(12)	(21)
Despesas com juros e multas	(1)	(2)
	(13)	(23)

22. CONSELHEIROS

Os conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar Seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores.

A Entidade possui dois Seguros de Responsabilidade Civil em vigência conforme informações abaixo:

Seguradora	Tipo de Cobertura	Cobertura máxima	Vigência final
Berkley Brasil Seguros	Responsabilidade civil	R\$ 3.000.000	24/09/2021

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2020 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2020 e 2019.

25. EFEITOS DO COVID - 19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia-a-dia das pessoas. A Entidade continua monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e até o momento não sofreu impacto material financeiro.

26. TRABALHO VOLUNTÁRIO

A Entidade, no desenvolvimento de suas atividades, recebe prestação de serviços oferecidos por pessoas físicas. Em atendimento à Resolução nº 1.409/12 a Entidade avalia os valores envolvidos e concluiu que não são relevantes, motivo pelo qual não apresenta os valores de receitas, despesas e custos relativos aos trabalhos voluntários recebidos.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que refletiram ajustes ou que deva ser mencionado em notas explicativas.

28. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2021.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Centro do Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto

São José dos Campos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Centro do Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Centro do Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução nº 1.409/2012, e alterada em 21 de agosto de 2015.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza Relevante sobre a Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Atualmente, a Entidade concentra a maior parte de suas receitas nos contratos e nas subvenções mantidas junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos. O principal contrato junto à Prefeitura Municipal de São José dos Campos é o de gestão 162/18, renovado em 16 de dezembro de 2019, através do Termo de aditamento nº 4 com vigência até 30 de setembro de 2021, conforme nota explicativa nº 12 - Recursos de projetos a realizar. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores e o relatório de auditoria, datado de 25 de março de 2020, foi emitido com ênfase sobre a incerteza relevante sobre a continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração
A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.